

IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL PATENTES, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Brasília, 5 e 6 de novembro de 2009

Centro de Convenções de Naoum Plaza Hotel - SHS, Quadra 5, Bloco H/I - Brasília - DF

Passados 15 anos do final da Rodada Urugui e da adoção do acordo de TRIPS pela então criada Organização Mundial do Comércio a comunidade internacional ainda procura ajustes no sistema de propriedade intelectual que, sem prejudicar o incentivo às invenções, possa melhor servir aos objetivos do desenvolvimento. Até aqui estudos teóricos e a evidência empírica sobre a importância da proteção a propriedade intelectual para o crescimento e a inovação permanecem inconclusivos.

Enquanto países em desenvolvimento se esforçam para utilizar as flexibilidades ainda existentes em TRIPS, os países desenvolvidos procuram meios e modos de tornar ainda mais severas e abrangentes as condições do sistema e voltam seus esforços para o estabelecimento de novos mecanismos de fiscalizar a proteção aos direitos, como revela a tentativa de firmar um novo acordo de combate a infrações no seio da Organização Mundial de Aduanas (OMA).

O recente e espetacular aumento no número de pedidos de patente e a adoção de patenteamento estratégico por parte de empresas vêm desafiando a capacidade de análise dos Escritórios de Patente e levantando questões a respeito da qualidade das patentes aprovadas. Alguns autores argumentam que a emissão de patentes “fracas” tem servido mais ao uso do litígio judicial como forma de proteção do que ao desenvolvimento.

O desafio de estabelecer um sistema de proteção a propriedade intelectual melhor balanceado é ainda maior em face da evolução de novas áreas do conhecimento como nanotecnologia e biotecnologia. Onde situar os limites da matéria patenteável para as invenções biotecnológicas é ainda matéria de intenso debate. A adoção de limites muito amplos de patenteabilidade pode afetar negativamente o acesso e a disponibilidade de bens necessários mundialmente para garantir a nutrição e os cuidados com a saúde.

A repartição dos ganhos derivados das invenções que façam uso da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais é uma questão longe ainda de estar resolvida.

A evidência empírica tem mostrado que as condições de apropriação dos direitos de propriedade industrial variam largamente entre diferentes setores industriais, patentes sendo o melhor modo de apropriação apenas para alguns deles, especialmente produtos químicos e farmacêuticos. A evidência empírica também sugere que para químicos, farmacêuticos e outros produtos altamente regulados os custos de desenvolvimento são mais elevados que os custos de invenção e que é possível conceber sistemas alternativos ao monopólio conferido pelas patentes para a recuperação daqueles.

O passar do tempo tornou evidente que escalonar no tempo a adoção de TRIPS para os países em desenvolvimento e países menos desenvolvidos não foi suficiente para resolver o problema da defasagem tecnológica e que a transferência de tecnologia não conseguiu dar uma resposta adequada ao problema.

A inadequação do atual sistema se reflete na falta de uma relação causal afirmativa entre número de patentes e desenvolvimento. Apenas um reduzido percentual das patentes concedidas alcança o mercado sob a forma de novos produtos e serviços.



PROGRAMA

DIA 5 DE NOVEMBRO

9h30 às 10h30	Café da manhã
9h30 às 11h	Credenciamento
11h às 12h	SESSÃO DE ABERTURA
12h30 às 13h30	Almoço Salão Palm Springs do Centro de Convenções
14h às 17h30	SEGUNDA SESSÃO Aspectos Jurídicos da Propriedade Industrial <i>Moderador:</i> <ul style="list-style-type: none">• Liliane Roriz de Almeida, Desembargadora Federal da 2ª Região <i>Palestrantes:</i> <ul style="list-style-type: none">• Roger Hughes, Juiz do Tribunal Federal do Canadá “Patenteando biotecnologia no Canadá e alhures.”• Maria José Costeira, Presidente do Tribunal de Comércio de Lisboa “Patentes e litigiosidade.”• Rodrigo Souto Maior, Advogado “As possibilidades da atividade inventiva no Brasil.”• Denis Borges Barbosa, Professor de Direito FGV, PUC-RJ, UERJ “A proteção a PI na constituição brasileira.” <i>Debatedores:</i> <ul style="list-style-type: none">• Aurélio Rios, Sub-Procurador Geral da República• Newton Silveira, Professor de Direito, USP
18h	Coquetel de Confraternização Pérgula da Cascata do Centro de Convenções

DIA 6 DE NOVEMBRO

9h às 12h	TERCEIRA SESSÃO Aspectos da Dimensão Econômica da Propriedade Industrial
-----------	--



Moderador:

- **Sérgio Paulino de Carvalho**, Diretor de Articulação e Informação Tecnológica do INPI

Palestrantes:

- **Bruno van Pottelsberghe**, Professor, Universidade Livre de Bruxelas
“O fator qualidade em sistemas de patentes.”
- **Christopher Heath**, Board of Appeals do European Patent Office
“O relatório da Comissão Europeia sobre o inquérito ao setor farmacêutico: originais, genéricos e concorrência”.
- **Henrique Choer Moraes**, Diplomata do Ministério das Relações Exteriores
“Tendências recentes no “enforcement” dos direitos de patentes.”

Debatedores:

- **André Fontes**, Desembargador Federal 2ª Região
- **Lia Hasenclever**, Professora de Economia da UFRJ
- **Ronaldo Fiani**, Professor de Economia da UFRJ

12h30 às 13h30

Almoço

Salão Palm Springs do Centro de Convenções

14h às 17h30

QUARTA SESSÃO

Aspectos da Dimensão Social da Propriedade Industrial.

Moderador:

- **Zich Moysés Júnior**, Diretor do Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde

Palestrantes:

- **Michelle Childs**, Diretora da Campanha de Acesso a Medicamentos Essenciais - MSF
“Pool de patentes e transferência de tecnologia.”
- **Jayashree Watal**, Conselheira da Organização Mundial do Comércio
“Tríps e saúde pública.”
- **Mirta Levis**, Diretora Executiva da ALIFAR
“Medidas de fronteira e acesso a medicamentos.”

Debatedores:

- **Juliana Vallini**, Consultora do Programa Nacional de DST e Aids
- **Odnir Finotti**, Presidente da Pró Genéricos



Bruno van Pottelsberghe de la Potterie

É bacharel em economia pela Universidade Livre de Bruxelas – ULB, em 1992. Mestre em Relações Internacionais, pela ULB, em 1995, mestre em Econometria pela ULB, em 1994 e doutor em Economia pela ULB em 1998.

Foi pesquisador visitante do METI/RI do Japão, da Columbia Business School, em Nova York e do Departamento de Economia Aplicada da ULB. Foi consultor da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e professor visitante da Hitotsubashi University, em Tokyo e da Universidade de Stellenbosch, em Cape Town. Entre 2005 e 2007 foi Economista-Chefe do Escritório Europeu de Patentes - EPO.

Foi Diretor do programa de MBA e Vice-Presidente da Solvay Brussels School of Economics – SBS-ULB, entre 2001 e 2005.

Atualmente o Dr. Pottelsberghe é Professor da Solvay Chair of Innovation, na SBS-ULB, Assessor da Reitoria da ULB para assuntos de transferência de tecnologia e Diretor de Relações Internacionais da mesma universidade.

Foi consultor de inúmeras organizações nacionais e internacionais entre as quais a UNCTAD, o EPO, a OCDE, e o Federal Ministry of Science and Technology da Bélgica.

É Editor Associado de três revistas especializadas em economia, é Secretário Geral da European Policy for Intellectual Property e membro do Conselho Consultivo do Austrian Institute of Economic Research.

É autor de dezenas de artigos e trabalhos de pesquisa publicados em revistas e jornais indexados e mais de 200 comunicações em Congressos e Seminários acadêmicos.

Christopher Heath

É doutor em Direito, estudou nas universidades de Konstanz, Edimburgh e na London School of Economics entre 1982 e 1989. Em 1987 trabalhou para um Centro de Direitos Humanos em João Pessoa, Paraíba. Entre 1989 e 1992 residiu e trabalhou no Japão e entre 1992 e 1995 chefiou o Asian Department do Max Planck Institute for Patent, Copyright and Competition Law em Munique. Atualmente é membro do Board of Appeals do European Patent Office em Munique. Christopher Heath é o editor da Max Planck Institute's.

Tem publicado extensivamente sobre propriedade intelectual e leis de competição na Ásia e em aspectos comparativos de indicações geográficas e leis de patente.

Denis Borges Barbosa

Denis Borges Barbosa (denis@nbb.com.br), advogado no Rio de Janeiro, é autor ou co-autor de 36 livros e mais de duas centenas de artigos publicados no Brasil e no exterior, concentrando a maioria de sua produção doutrinária, desde a década de 1970, no campo da propriedade industrial. Bacharel e Doutor em Direito Internacional e da Integração Econômica pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, é mestre pela Columbia





Law School, de Nova York, e também mestre em direito empresarial pela Universidade Gama Filho. Sua atividade docente inclui os cursos de pós graduação lato sensu e stricto sensu da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, UERJ, INPI, Fundação Getulio Vargas do Rio e de São Paulo, Universidade Cândido Mendes, UNICURITIBA e do Centro de Extensão Universitária de São Paulo. É coordenador acadêmico do Instituto Brasileiro da Propriedade Intelectual e pesquisador do Núcleo de Estudos em Propriedade Intelectual da UERJ, da Universidade Federal de Viçosa e da Universidade Federal de Sergipe. Ex-Procurador Geral do INPI. É Procurador do Município do Rio de Janeiro, aposentado, tem atuado como consultor do Governo Federal e de órgãos internacionais, e foi assessor e delegado em conferências diplomáticas em matéria de tecnologia e propriedade intelectual.

Henrique Choer Moraes

É diplomata de carreira, atualmente na Missão do Brasil junto às Comunidades Européias (Bruxelas), onde chefia os setores de propriedade intelectual e de questões aduaneiras, no marco do qual acompanha as atividades da Organização Mundial de Aduanas (OMA).

Entre 2004 e 2007, trabalhou na Divisão de Propriedade Intelectual do Ministério das Relações Exteriores (Brasília), período em que acompanhou, entre outros, negociações nas áreas de patentes, direitos autorais e biodiversidade, na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), Organização Mundial do Comércio (OMC) e Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB).

Entre 2000 e 2004 foi professor de Direito Internacional Público do Centro Universitário Ritter dos Reis (Porto Alegre) e da Fundação Escola da Magistratura do Trabalho (Porto Alegre).

É mestre em Direito da Integração Regional e dos Negócios, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre).

Suas mais recentes publicações foram “Dealing with Forum Shopping: Some Lessons from the SECURE Negotiations at the World Customs Organization” (publicado em Xuan Li e Carlos Correa (eds.), “Intellectual Property Enforcement - International Perspectives”, Edward Elgar Publishing, Londres, 2009) e “The WIPO Development Agenda - Contexts and Origin” (com Otávio Brandelli, publicado em Neil Netanel (ed.), “The Development Agenda: Global Intellectual Property and Developing Countries”, Oxford University Press, 2008).

Jayashree Watal

É desde 2001 Conselheira da Divisão de Propriedade Intelectual da Organização Mundial de Comércio - OMC. Tem mais de vinte anos de experiência junto ao governo da Índia trabalhando em formulação de políticas, atuação diplomática, pesquisa e administração de direitos de propriedade intelectual. Foi a principal negociadora da Índia no acordo de TRIPS e assessora do governo indiano em negociações internacionais sobre PI durante 7 anos e participou da supervisão do escritório de patentes e marcas da Índia durante dois anos. Tem publicado extensivamente sobre questões relacionadas a propriedade intelectual e saúde pública. É autora do livro Intellectual Property Rights in the WTO and Developing Countries (Oxford University Press).

É consultora do Banco Mundial, da UNCTAD e da UNDP nas áreas de comércio, propriedade intelectual e meio ambiente.

Foi professora visitante da John. F. Kennedy School of Government (CID), Harvard University, do Peterson Institute for International Economics, Washington D.C e da George Washington University Law School, Washington, D.C.

Jayashree Watal é economista pelo Fergusson College, Universidade de Pune, Índia, Mestre em economia pelo Gokhale Institute of Politics and Economics da Universidade de Pune, Índia, diplomada em International Economic Relations pelo International Institute for Public Administration, Paris, França e pós-graduada em International Trade Law pela Universidade de Paris V.

Maria José Costeira

É licenciada em Direito pela Universidade de Coimbra (1991) e pós-graduada em Direito da Propriedade Industrial – Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa (2001).

Exerce atualmente o cargo de Juíza do 2º Juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa. Anteriormente foi Juíza no Tribunal de Recuperação de Empresas e de Falência de Lisboa, Juíza do Tribunal de Pequena Instância de Lisboa, Juíza no Tribunal da Comarca de Ferreira do Zêzere e Juíza de Direito Auxiliar no Tribunal Judicial da Comarca de Cascais.

Membro fundador da Associação Europeia de Juizes Comunitários de Direito da Concorrência.

Michelle Childs

É Diretora de Advocacia Política da Campanha de Medicamentos Essenciais de Médicos sem Fronteira. Anteriormente foi Chefe de Negócios Europeus da Knowledge Ecology International (KEI). Em seu trabalho para a KEI Michelle atuou junto a outras NGO`s na Europa em matérias relacionadas a acesso a medicamentos e acesso a conhecimento e atuou junto a organismos políticos da União Europeia e das Nações Unidas.

É membro do Grupo de Trabalho em Propriedade Intelectual do Transatlantic Consumer Dialogue, assessora do grupo de trabalho em preços do Stop Aids Campaign e CEO da Essential Inventions. Anteriormente Michelle foi chefe da seção de Política de Pesquisa e Análise da Consumers' Association UK. Foi também assessora pessoal do Diretor Geral do Office of Fair Trading UK, consultora do Hong Kong Telecoms Regulator e assessora política do UK Telecoms Regulator. Trabalhou também como advogada no Departamento de Contenciosos de um escritório londrino de advocacia. Michelle Childs é formada em Direito.

Mirta Levis

Advogada, com pós-graduação em Patentes de Invenção pela Universidad de Buenos Ayres. Foi consultora do Banco Interamericano de Desenvolvimento no Instituto para a Integração da América Latina. Desde 1987 atua como gerente de Assuntos Jurídicos e de Propriedade Intelectual na Câmara Industrial de Laboratórios Farmacéuticos Argentinos (Cilfa) e desde 1990, ocupa o cargo de Diretora Executiva da Asociación Latinoamericana de Industrias Farmacéuticas (Alifar). É especializada em temas de propriedade intelectual, em particular, patentes de invenção na indústria farmacêutica. Representou a Alifar em numerosos encontros e reuniões de especialistas no âmbito da Organização Mundial da Saúde, Organização Pan-americana da



Saúde, Organização Mundial da Propriedade Intelectual, foros empresariais da Alca e seminários da Comunidade Andina entre outros.

É docente no curso de Mestrado em Farmacopolíticas do Instituto Universitario I Salud da Argentina.

Rodrigo de Azevedo Souto Maior

Bacharel em Direito e Mestre em Direito Internacional pela UERJ. Advogado especializado em litígios em matéria de patentes no Rio de Janeiro.

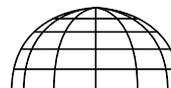
Roger T. Hughes

Graduado pela Queen's University em 1963 e pela Universidade de Toronto, em 1966. Advogado no estado de Ontário, em 1968 e em Alberta, em 1976. Conselheiro da Queen's University em 1984.

Roger Hughes foi associado a Sim, Hughes, Ashton & McKay e Sim&McBurney entre 1969 e 2006. Tem o título de Especialista em Legislação de Propriedade Intelectual e em Litígios Cíveis pela Sociedade Jurídica do Canada Superior. É membro do Chartered Institute of Arbitrators, do American College of Trial Lawyers, do Intellectual Property Institute of Canada. É engenheiro registrado em 1964, agente registrado de marcas em 1968 e agente registrado de patentes em 1968.

Foi Presidente do Patent and Trademark Institute of Canada e do Advocates Society. Foi designado Juiz da Corte Federal e membro da Federal Court of Appeals em 2005. Foi designado Juiz da Court Martial Appeal Court do Canada em junho de 2006.

Publicou extensivamente sobre assuntos legais relacionados a propriedade intelectual.



André Ricardo Cruz Fontes

É Mestre (2002) e doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2005). Atualmente é Professor efetivo da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Desembargador no Tribunal Federal Regional da 2ª Região.

Aurélio Virgílio Veiga Rios

É Sub-Procurador Geral da República desde dezembro de 2003. É Procurador da República desde outubro de 1987.

É formado em Direito na Universidade de Brasília em julho de 1984 e Mestre em Direito pela Universidade de Bristol - Inglaterra (LLM in Public Law) em dezembro de 1997.

Tem várias obras publicadas - artigos, teses, livros e capítulos de livros - sobre direitos constitucionais indígenas, biosegurança, biodiversidade, organismos geneticamente modificados e direitos das minorias.

Juliana Vallini

É advogada, mestre em direito, economia e políticas públicas pela Universidade Complutense de Madrid e Consultora da Assessoria de Cooperação Internacional do Programa Nacional de DST e AIDS do Ministério da Saúde, em assuntos relacionados à direito internacional e propriedade intelectual.

Lia Hasenclever

É economista formada pela Faculdade de Economia e Administração, mestre em Economia Industrial pelo Instituto de Economia Industrial e doutora em Engenharia de Produção pela COPPE, todos da UFRJ. Desde 1978 é professora do Instituto de Economia (UFRJ) e, atualmente, é membro do grupo de pesquisa em Economia da Inovação.



Newton Silveira

Advogado. Mestre em Direito Civil e doutor em Direito Comercial pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP, onde leciona Propriedade Intelectual na graduação e na pós-graduação. Membro do Conselho Diretor do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados - CESA e Diretor Geral do Instituto Brasileiro de Propriedade Intelectual - IBPI. Membro do Conselho Consultivo e ex-presidente da ASPI e 3º Vice-Presidente da ABPI.

Odnir Finnoti

Tem desenvolvido atividade na indústria farmacêutica por mais de 30 anos. Nos últimos 15 anos atuou como CEO de companhias como Asta Médica e Schering Plough. Atualmente é acionista e CEO da Mepha Brasil e Presidente da Pró Genéricos e Diretor Executivo – Associação que reúne os fabricantes de medicamentos genéricos no Brasil.

Ronaldo Fiani

Ronaldo Fiani possui graduação em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1983), mestrado em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1986) e doutorado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1997). Atualmente é professor adjunto D.E. do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Organização Industrial e Teoria dos Jogos, atuando principalmente no tema da regulação econômica de serviços.



Liliane do Espírito Santo Roriz de Almeida

É Desembargadora Federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, integrando a 2ª Turma e a 1ª Seção Especializadas em Propriedade Intelectual. É mestre em Direito Constitucional e Teoria do Estado, pela PUC-RJ. Tem extensão em Propriedade Industrial, pela PUC-RJ/EMARF.

Sérgio Medeiros Paulino de Carvalho

É Diretor de Articulação e Informação Tecnológica do INPI. Possui graduação em Economia pela Universidade Federal Fluminense (1979), mestrado (1995) e doutorado (2003) em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas. É pesquisador da Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro - PRESAGRO-Rio, e pesquisador associado do Grupo de Estudos sobre a Organização da Pesquisa e da Inovação (GEOPI). Tem concentrado sua atuação profissional em aspectos econômicos e institucionais da propriedade intelectual e inovação tecnológica.

Zich Moysés Júnior

É Diretor do Departamento do Complexo Industrial e Inovação em Saúde da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, desde maio de 2008.

Anteriormente exerceu diversos cargos no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

É graduado em Engenharia Química pela Escola de Química da Universidade Federal, 1979.

É engenheiro da Petrobras Química S/A - Petroquisa.



